



GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**



Índice

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações	
Contábeis em 31 de dezembro de 2019.....	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	79.447.520	84.388.934
Contas a Receber GRCTM		877.455	675.157
Estoques	5	398.728	467.243
Impostos a Recuperar	6	1.164.580	1.137.821
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	6.288.822	6.152.351
Despesas Pagas a Regularizar		1.348.775	201.657
TOTAL DO CIRCULANTE		89.525.881	93.023.164
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	8	4.580.216	3.849.687
Imobilizado	9	4.025.187	4.372.021
Intangível	10	8.249.112	4.072.781
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.854.516	12.294.488
TOTAL DO ATIVO		106.380.397	105.317.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	73.631.692	75.564.926
Salários e Encargos Sociais	12	13.149.515	13.004.180
Impostos, Taxas e Contribuições	13	3.438.321	2.678.837
Valores Restituíveis	14	6.044.502	6.044.502
Conta Corrente – STPP	15	68.261.121	76.088.856
Depósito de Terceiros	16	3.166.463	2.822.635
Outras Obrigações		2.203.272	2.397.647
TOTAL DO CIRCULANTE		169.894.887	178.601.584
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	17	31.279.475	31.035.876
Resíduos de Créditos STPP	18	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		100.530.605	100.287.005
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(199.612.205)	(209.138.047)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(164.045.095)	(173.570.937)
TOTAL DO PASSIVO		106.380.397	105.317.652

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)**

	NOTA	2019	2018
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
(-) Custos dos Serviços Prestados	20	209.591.474	172.063.996
	21	(49.642.177)	(48.021.496)
(=) LUCRO BRUTO		159.949.297	124.042.500
(+/-) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas	21	(151.379.744)	(155.948.028)
Outras Receitas Operacionais	21	1.139.995	814.034
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(150.239.749)	(155.133.994)
Resultado financeiro líquido	21	292.176	(60.615)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(149.947.572)	(155.194.609)
 LUCRO/PREJUÍZO OPER. LÍQ. DO EXERCÍCIO		 10.001.725	 (31.152.109)
LUCRO/PREJUÍZO POR QUOTAS		10,00	(31,15)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	10.001.725	(60.916.790)
Outros Resultados Abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>10.001.725</u>	<u>(60.916.790)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em reais)**

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(133.533.209)</u>	<u>(97.966.099)</u>
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(128.067.815)</u>	<u>(92.500.705)</u>
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(158.767.579)</u>	<u>(123.200.468)</u>
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(159.468.068)</u>	<u>(123.900.956)</u>
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(220.384.858)</u>	<u>(184.817.747)</u>
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(177.985.939)</u>	<u>(142.418.826)</u>
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.138.048)</u>	<u>(173.570.937)</u>
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.613.930)</u>	<u>(174.046.819)</u>
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos do Exercício em 31/12/2019	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(199.612.206)</u>	<u>(164.045.095)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)**

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	10.001.725	(31.152.109)
Ajustes de exercícios anteriores	(475.882)	42.398.919
Depreciações e amortizações	463.804	1.463.586
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	243.599	(27.956.217)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	407.003	405.368
Prejuízo Líquido Ajustado	10.640.249	(14.840.453)
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(609.301)	(376.293)
Estoques	68.515	43.367
Impostos a Recuperar	(26.759)	(16.752)
Adiantamentos a Empregados e Outros	(136.471)	(45.568)
Despesas Pagas a Regularizar	(1.147.119)	(201.657)
Depósitos Judiciais	(730.529)	(390.771)
	(2.581.663)	(987.673)
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(1.933.234)	217.024
Salários e encargos sociais	145.335	1.331.309
Impostos, taxas e contribuições	759.484	(203.731)
Valores Restituíveis	-	-
Conta Corrente STPP	(7.827.735)	34.902.026
Depósito de Terceiros	343.828	331.280
Resíduos de Créditos do STPP	-	-
Outras Contas a Pagar	(194.375)	712.923
	(8.706.698)	37.290.830
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	(648.111)	21.462.705
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(94.226)	(13.030)
Intangível	(4.199.076)	(800.000)
Total das Atividades de Investimentos	(4.293.302)	(813.030)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Recurso para aumento de Capital	-	-
Total das Atividades de Financiamentos	-	-
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	(4.941.414)	20.649.675
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	84.388.934	63.739.259
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	79.447.520	84.388.934
Variação no Caixa e Equivalentes	(4.941.414)	20.649.675

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em reais)**

	2019	2018
RECEITAS	210.092.858	160.417.442
Transferências e delegações recebidas	205.590.551	167.903.003
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.012.913	4.174.048
Outras receitas	1.139.995	814.034
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(243.599)	(12.068.274)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(407.003)	(405.368)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(147.673.758)	(139.378.035)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(40.251.223)	(40.369.512)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.422.535)	(99.008.523)
VALOR ADICIONADO BRUTO	62.419.100	21.039.407
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(463.804)	(1.463.586)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	61.955.296	19.575.821
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	347.869	145.030
Receitas financeiras	347.869	145.030
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	62.303.164	19.720.851
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	62.303.164	19.720.851
Pessoal	43.440.870	41.241.840
Remuneração direta	41.160.368	38.977.861
FGTS	2.280.501	2.263.979
Impostos, taxas e contribuições	7.793.438	7.847.423
Federais	7.754.351	7.701.112
Estaduais	-	-
Municipais	39.087	146.311
Remuneração de capitais de terceiros	1.067.132	1.783.698
Juros	55.693	205.645
Aluguéis	1.011.439	1.578.053
Remuneração de capitais próprios	10.001.725	(31.152.109)
Lucros retidos/prejuízos do exercício	10.001.725	(31.152.109)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 353 (trezentos e trinta) servidores efetivos e 837 (oitocentos e trinta e sete) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 11 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminais de Passageiros, 50 Mini Terminais e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando em média 956 mil passageiros, diariamente.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2019, Lei estadual nº 16.518, de 26/12/2018.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 30 de junho de 2020.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários a vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas da Demonstração da Posição Financeira.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário e férias.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.



3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.8 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.9 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômico sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.



A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes da integralização e subscrição de Capital Social, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.11 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Bancos		
Conta Única	6.848	282.698
Outras Contas	73.167.590	67.605.828
Aplicações Financeiras	6.273.082	16.500.409
	<u>79.447.520</u>	<u>84.388.934</u>

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio. Estão presentes também em contas específicas os recursos recebidos do Estado, que são mantidos em aplicações financeiras para fins específicos de investimentos.



As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras e Multas de transporte clandestino.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa, constantes no balanço patrimonial, não representam o saldo real dos recursos disponíveis pelo Consórcio, tendo em vista que não houve saldo orçamentário para o registro de pagamentos a fornecedores e outros pagamentos, em sua maioria de natureza orçamentária, cujo valor consta na coluna “Lançamentos não Contabilizados”. Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a regularização desses valores.

	Saldos em 31/12/2019	Lançamentos não Contabilizados	Saldo Real em 31/12/2019
Caixa	-		-
Conta Única	6.848		6.848
Contas Bancárias Diversas	73.167.590	(73.116.588)	51.002
Aplicações Financeiras	6.273.082		6.273.082
	79.447.520	(73.116.588)	6.330.932

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados, acima, por falta de dotação orçamentária, compõe-se dos valores a seguir demonstrados:

Descrição	R\$
Fornecedores	62.386.511
Tributos	6.740.741
Convênio	324.875
Folha de pagamento	786.117
Consignações	256
Locação de box	(14.700)
Deposito	(2.150)
Processos/custas	425.065
Orçamentário	766.627
Diárias	6.774
Suprimento Individual	34.306
Extra orçamentário	1.662.167
	73.116.588



5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	2019	2018
Suprimento Individual	-	-
Adiantamentos a Empregados	2.076.869	1.937.423
Auxílio Doença	39.347	42.323
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	<u>6.288.822</u>	<u>6.152.351</u>

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não foram lançados por falta de conta específica no e-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	736.977	733.236
Outros Tributos a Recuperar	126.553	103.534
	<u>1.164.580</u>	<u>1.137.821</u>



7. ESTOQUES

	2019	2018
Materiais de Consumo	84.782	66.873
Materiais de Construção	313.946	400.371
	<u>398.728</u>	<u>467.243</u>

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2019.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 4.580.216 está dividido da seguinte maneira:

	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	1.663.824	972.599	2.636.423
Depósitos para Recursos	1.796.698	147.095	1.943.793
	<u>3.460.522</u>	<u>1.119.694</u>	<u>4.580.216</u>



9. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2019
GRCTM - IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	477.011,53	29.745,90				506.757,43
MÁQUINAS, EQUIP. E FERRAMENTAS	1.326.985,30	26.112,78				1.353.098,08
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.242.691,90	30.422,30				3.273.114,20
VEÍCULOS	-	7.945,50				7.945,50
TOTAL	5.046.688,73	86.280,98	-	-	-	5.140.915,21
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
TI PE-22	2.883.871,07					2.883.871,07
TI PRAZERES	176.009,06					176.009,06
TI COSME E DAMIAO	268.228,94					268.228,94
TI AFOGADOS	251.161,19					251.161,19
TI SANTA LUZIA	35.475,21					35.475,21
TOTAL	3.614.745,47					3.614.745,47
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DE BRUM	147.402,22					147.402,22
TOTAL	147.402,22	-	-	-	-	147.402,22
DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM - IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(3.319.684,23)	(384.907,93)				(3.704.592,16)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.117.131,20)	(56.152,37)				(1.173.283,57)
TOTAL	(4.436.815,43)	(441.060,30)	-	-	-	(4.877.875,73)
TOTAL LÍQUIDO	4.372.020,99	(354.779,32)	-	-	-	4.025.187,17



10. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2019
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.235.104,22	555.452,85				2.790.557,07
SOFTWARE EM DESENVOLVIMENTO	800.000,00	4.443.622,80		(800.000,00)		4.443.622,80
TOTAL	5.046.688,73	4.999.075,65	-	(800.000,00)	-	7.234.179,87
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
CORREDORES/BRT/TRO	4.179.492,27					4.179.492,27
TOTAL	4.179.492,27	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.887.968,28)	(22.743,94)				(1.910.712,22)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(1.253.847,65)					(1.253.847,65)
TOTAL	(3.141.815,93)	(22.743,94)	-	-	-	(3.164.559,87)
TOTAL LÍQUIDO	6.084.365,07	4.976.331,71	-	-	-	8.249.112,27

11. FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	62.386.511	57.318.331
Fornecedores a Pagar	11.245.182	18.246.595
	<u>73.631.692</u>	<u>75.564.926</u>

Do saldo da conta de fornecedores, representada por R\$ 73.631.692, contabilizados pelos seus valores brutos, foram pagos com recursos próprios do CTM entre os anos de 2014 e 2019, o valor de R\$ 62.386.511. Até o momento, esses valores não foram baixados devido à falta de previsão orçamentária para esses recursos financeiros.

Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a devida regularização desse montante. Sendo assim, o valor total dos fornecedores no balanço patrimonial não é fidedigno a realidade, bem como as disponibilidades do CTM, descrita na nota explicativa 4.



12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2019	2018
Ressarcimento de Pessoal	3.898.383	3.911.588
Outras Obrigações com Pessoal	9.251.132	9.092.592
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.513.638	1.500.158
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	301.292	295.194
Encargos Sociais a Pagar	1.360.174	1.347.255
Obrigações de Pessoal a Pagar - Extra Folha		-
Folha Pessoal a Pagar pela UG	572.741	885.173
Férias - Empresas - 1/12	2.517.684	2.426.406
INSS sobre Férias - Empresas - 1/12	524.937	505.906
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	201.415	193.547
Folha Pessoal da UG	1.911.958	1.911.071
Folha Pessoal da UG – Incorporação	25	25
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores - Extra Folha		-
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	319.411	-
Obrigação de Pessoal – Extra folha	27.858	27.858
	13.149.515	13.004.180



13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
Impostos a Recolher	2.629.797	2.493.888
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.060.373	1.034.302
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	95.575	73.963
Imposto sobre Serviços retido de PF e PJ	860.960	772.734
Consignações	-	-
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	646.464	33.178
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	600.361	-
Valores Restituíveis	46.104	33.178
Consignações a Recolher	162.060	151.772
	<u>3.438.321</u>	<u>2.678.837</u>

14. VALORES RESTITUÍVEIS

	2019	2018
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifé	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	<u>6.044.502</u>	<u>6.044.502</u>



O saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos no convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

15. CONTA CORRENTE DO STPP

	2019	2018
Contas a Receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a Pagar do STPP	63.330.022	88.052.253
Arrecadação Antecipada	64.027.892	47.133.396
	68.261.121	76.088.856

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4,00% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.



Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Até o mês de novembro de 2010, também eram transferidos para a conta bancária do Grande Recife, os numerários correspondentes à arrecadação do Vale Eletrônico Metropolitano Trabalhador, contudo, o Consórcio perdeu judicialmente a administração da gestão financeira desses recursos que, a partir dessa data, foi transferida para o Sindicato das Empresas de Transportes de Pernambuco – Urbana. Todavia a atual administração, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, ingressou com ação judicial para recuperar a gestão financeira.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só e realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

16. DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS

	2019	2018
Depósitos de Cauções de Terceiros	32.284	32.284
Depósitos de Terceiros	3.134.179	2.790.351
	<u>3.166.463</u>	<u>2.822.635</u>



Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 8.666/93, art. 56.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2019	2018
Processos Cíveis	29.511.284	29.445.330
Processos Trabalhistas	1.768.191	1.590.546
	31.279.475	31.035.876

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

18. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	2019	2018
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Posição da CCT	194.414	194.414
	69.251.130	69.251.130



Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Parágrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter. Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Diante do exposto, em dezembro de 2013, a administração do Consórcio, resolveu, consubstanciada na opinião da sua área contábil, apurar todos os valores dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP, desde o início das suas operações e que não foram utilizados, ajustado por valores a receber e a pagar, relativos às operações do STPP/RMR, que constavam de seu balancete e assim transferir o valor líquido de R\$ 69.251.129,60 para uma nova rubrica, denominada de Resíduos de Créditos a Prescrever, que decorridos o prazo de 180 dias corridos a contar de 12 de dezembro de 2013, será reclassificada para uma outra rubrica denominada Resíduos de Créditos Prescritos, onde ficará à disposição para destinação dentro da previsão das referidas Leis. Apresentamos, a seguir, os textos das respectivas Leis que tratam sobre Resíduos de Créditos e sua destinação:

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STPP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

III. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM



entidade dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2019	2018
Capital Social Subscrito	1.000.000	1.000.000
Capital Integralizado		
Governo do Estado de Pernambuco	575.000	575.000
Capital Social a Integralizar		
Prefeitura do Recife	(350.000)	(350.000)
Prefeitura de Olinda	(74.300)	(74.300)
Prejuízos Acumulados	(199.612.205)	(209.138.047)
Recurso para Aumento de Capital		
Governo do Estado de Pernambuco	34.991.410	34.991.410
	<u>(164.045.095)</u>	<u>(173.570.937)</u>

O saldo demonstrado na conta Recurso para Aumento de Capital corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 575.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

Segundo disposto no capítulo III, cláusula sétima, parágrafo nono, do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.



20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita Bruta de Serviços	209.603.464	172.077.050
Transferências e Delegações Recebidas	205.590.551	167.903.003
Receita Líquida de Serviços	4.012.913	4.174.048
Deduções incidentes sobre a receita	(11.990)	(13.054)
(-) Cofins	(385)	(243)
(-) Pis/Pasep	(63)	(41)
(-) ISS	(11.543)	(12.771)
Receita Operacional Líquida	209.591.474	172.063.996



21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E RECEITAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2019	2018
Classificação por Natureza		
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	(70.122.857)	(71.209.286)
Pessoal	(36.330.417)	(35.848.835)
Auxílio / vale transporte alunos rede pública estadual	(41.240.303)	(32.245.205)
Custos dos serviços prestados	(49.642.177)	(48.021.496)
Desincorporação de ativo imobilizado	-	(59.469)
Depreciação e amortização	(463.804)	(1.463.586)
Impostos, taxas e contribuições	(5.514.975)	(5.575.824)
Juros e rendimentos recebidos	434.760	(819.199)
Indenizações e restituições	5.287	51.480
Ganhos com cancelamento de restos a pagar	93.009	8.804
Ganhos com desincorporação de passivos	2.830.890	2.867.100
Alugueis	1.011.439	1.578.053
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(243.599)	(12.073.274)
Provisão para Créditos Duvidosos	(407.003)	(405.368)
	<u>(199.589.749)</u>	<u>(203.216.105)</u>
Classificação por função		
Custos dos Serviços Prestados	(49.642.177)	(48.021.496)
Despesas Gerais e Administrativas	(151.379.744)	(155.948.028)
Resultado Financeiro	292.176	(60.615)
Outras Receitas Operacionais	1.139.995	814.034
	<u>(199.589.749)</u>	<u>(203.216.105)</u>



22. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 254 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 179 segurados e R\$ 80.000,00, para 75 segurados, conforme apólice nº 1019300519338, da CAPEMISA SEGURADORA, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Sociedade considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2019 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 30 de junho de 2020.

24. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

Programa/Ações/Subação (A)			Dotação autorizada(B)	Despesa liquidada (C)	%C/B (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
1	1085- Programa de Comunicação com os Usuários do STPP/RMR		1.377.408,57	1.230.179,13	89,31		
1.1	4677 -Implementação de Ações Educativas e de Marketing	C163 - Realização de campanhas educativas e ações de marketing	5.000,00	0,00	9,99	Nenhuma campanha realizada	Dotação negativada
1.2	4678 -Manutenção da central de atendimento aos clientes do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	1.372.408,57	1.230.179,13	89,64	Manutenção realizada	A central de atendimento ao cliente funciona com 40 atendentes(22 na CAC da sede do CTM e 18 nas CAC's dos TI's) e sendo eles pessoas com necessidades especiais contratadas por meio de convênio firmado com três instituições quais sejam: FCD,CESR e ABDF. Ela recebeu uma média de 290.050 ligações solicitando informações, destas 58.00 são informações sobre localização de paradas e 50.916 sobre deslocamento e de 12.850 ligações para reclamações sobre o STPP/RMR. Estas reclamações recebem tratamento e servem de subsidio a avaliação das empresas operadoras do sistema



2	1086-Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros -STPP/RMR		130,247,627.99	126,743,142.59	97.31		
	4679-Realização de Pesquisas Operacionais para Melhoria no STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	5,000.00	0.00	0.00	Nenhuma campanha realizada	Dotação negativada
		1700-Realização de estudos para navegabilidade do Rio Capibaribe	510,000.00	0.00	0.00	1	
2.1	4680 - Reforma de Terminais de Integração e Miniterminais	0000 - Outras Medidas	76,000.00	0.00	0.00	Reforma realizada	
2.2	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais e Miniterminais	0000 - Outras Medidas	108,800.00	86,639.60	79.63	Manutenção realizada	Foram realizadas ações de detetização e manutenção nos extintores em todos os terminais do STPP
		1065 - Despesas com Tarifa de Energia do CTM-Terminais	1,390,900.00	888,788.71	63.90	1	
		1067-Despesas com taxa de água e esgoto do CTM-Terminais	1,097,772.24	1,085,288.11	98.86	1	
		1068 - Prestação de Serviço de Segurança Pessoal e Patrimonial do CTM-Terminais	8,564,740.08	8,545,380.00	99.77	1	
		1070 - Prestação de Serviços Terceirizados no CTM-Terminais	5,563,258.14	5,562,838.81	99.99	1	
		1071-Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação do CTM-Terminais	18,796,139.67	18,796,138.93	100.00	1	
2.3	4682 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	0000 - Outras Medidas	1,589,695.07	1,232,826.09	77.55	1	Foram realizados serviços de detetização e manutenção dos ar-condicionados nas estações do BRT
		1066 - Despesas com Tarifa de Energia Elétrica CTM-BRT	2,019,640.59	2,003,074.34	99.18	1	
		1069 - Prestação de Serviço de Segurança Pessoal e Patrimonial do CTM-BRT	2,336,621.00	2,336,620.00	100.00	1	



2.3	4682 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	1072 - Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação do CTM-BRT	1,019,716.97	1,019,716.97	100.00	1	
2.4	4685 - Subsídio às Empresas Operadoras do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	41,512,944.23	39,984,651.01	96.32	1	
2.5	4686 - Implementação do Sistema Inteligente de Monitoramento da Operação-SIMOP	0000 - Outras Medidas	5,005,000.00	4,999,075.65	99.88	1	
2.6	1313 - Ampliação e melhoria do sistema de bilhetagem eletrônica para os usuários do STPP/RMR	1126 - Inserção da gratuidade do cartão eletrônico VEM Estudantil	41,161,400.00	40,202,104.37	97.67	1	

* Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original+suplementações-cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programas e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (E) Produto em relação à meta física estipulada
- (F) Resultado físico previsto
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnico quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)
- (I) Indicador previsto para medição do programa

GGOR/DIDO
mai.19